

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO n.º ____, de 2026 (Do Sr. Nilto Tatto)

Requer o aditamento do Requerimento nº 19/2026 - CMADS, para inclusão de convidados em Seminário conjunto com a Comissão de Defesa do Consumidor, Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais e Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para discutir o custo de vida e dependência dos Combustíveis Fósseis: caminhos para reduzir a vulnerabilidade econômica.

Senhor presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno desta Casa, aditamento ao Requerimento nº 36/2026 CMADS, de realização de Seminário conjunto com a Comissão de Defesa do Consumidor, Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais e Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para discutir sobre custo de vida e dependência dos Combustíveis Fósseis: caminhos para reduzir a vulnerabilidade econômica, para a inclusão dos seguintes convidados:

- Clauber Barão Leite - Representante do Instituto E+ Transição Energética;
- Fábio Lima - Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Soluções de Armazenamento de Energia - ABSAE.

JUSTIFICATIVA

O aumento dos custos de energia no Brasil tem afetado significativamente os lares, especialmente entre as populações de baixa e média renda. Em 2026, as tarifas de eletricidade devem subir de 7% a 8%, superando a inflação, com essa pressão agravada pela volatilidade nos



mercados globais de energia, especialmente em tempos de conflitos geopolíticos relacionados ao petróleo.

Atualmente, as famílias brasileiras gastam 11,8% de suas despesas em energia, a maior proporção entre as principais economias, quase o dobro dos Estados Unidos (6,3%) e mais do que o dobro do Reino Unido e Canadá (5,8%). Isso se deve a fatores como altos impostos, encargos setoriais e custos de transmissão, que aumentaram 630% entre 2013 e 2023. A crescente dependência de usinas termelétricas movidas a combustíveis fósseis, em detrimento de fontes renováveis, também contribui para tarifas mais altas. A situação se agrava durante períodos de seca, quando a geração hidrelétrica é reduzida, forçando a ativação de termelétricas fósseis, cuja operação é mais cara. Isso resulta em bandeiras tarifárias vermelhas, que encarecem ainda mais as contas de luz dos consumidores.

Além disso, decisões políticas recentes, como leilões de energia e de novos blocos de petróleo e gás, têm indicado uma ampliação da capacidade fóssil na matriz energética, consolidando altos custos e emissões. Os consumidores arcam com os custos dos combustíveis fósseis de três maneiras: por meio de subsídios, contas de energia mais altas e danos econômicos causados pelas mudanças climáticas. Uma pesquisa de março de 2026 revela que, apesar do apoio à energia renovável, 71% dos brasileiros consideram as contas de eletricidade altas, e 80% não estão dispostos a pagar mais pela transição energética.

É urgente que o parlamento discuta como os subsídios fósseis impactam as contas de luz dos cidadãos, assumindo um papel ativo na promoção de políticas que favoreçam a transição para fontes de energia renováveis e sustentáveis. Historicamente, o Congresso tem favorecido o lobby de combustíveis fósseis, como demonstrado na aprovação de incentivos fiscais para a indústria do carvão e do petróleo, perpetuando a dependência de fontes poluentes. Essas decisões transferem custos para os consumidores e dificultam a implementação de soluções sustentáveis, reforçando a necessidade de reavaliar essas políticas e priorizar investimentos em energias limpas, especialmente em regiões vulneráveis.

Como forma de enriquecer e contribuir com o debate sobre a temática apresentada, solicitamos a inclusão dos convidados acima citados e apresentados a seguir.



O *Instituto E+ Transição Energética* é um *think tank* brasileiro independente que atua na produção de estudos técnicos, formulação de políticas públicas e articulação institucional para acelerar a transição para uma economia de baixo carbono. Sua atuação concentra-se em agendas estratégicas como setor elétrico, bioeconomia, financiamento climático e descarbonização industrial, sempre com foco na promoção de uma transição energética justa, que reduza custos sistêmicos e amplie oportunidades de desenvolvimento econômico. O Instituto tem contribuído de forma consistente para o debate público por meio da elaboração de notas técnicas, análises regulatórias e propostas de políticas, além de desenvolver ferramentas como a Plataforma Interativa de Descarbonização (PID), que organiza dados e apoia a tomada de decisão por governos e agentes econômicos. Nos últimos anos, o *Instituto E+* tem conduzido estudos relevantes sobre temas diretamente relacionados ao escopo deste Seminário, incluindo análises sobre os impactos do desenho do setor elétrico no custo da energia, subsídios e distorções tarifárias, *curtailment* de fontes renováveis, necessidade de flexibilidade no sistema elétrico e alternativas para redução da dependência de combustíveis fósseis na indústria e nos transportes. Também tem atuado na formulação de propostas para o uso estratégico de biocombustíveis e outros energéticos de baixo carbono como vetores de competitividade e redução da vulnerabilidade econômica.

A *Associação Brasileira de Soluções de Armazenamento de Energia - ABSAE* representa empresas nacionais e internacionais que atuam em geração, transmissão, fabricação de equipamentos, desenvolvimento de projetos, investimentos e soluções tecnológicas para sistemas de armazenamento de energia elétrica. O tema possui especial relevância para a Amazônia e os sistemas isolados brasileiros, onde ainda há forte dependência de geração a diesel, com elevados custos econômicos, logísticos e ambientais. O armazenamento de energia, associado a fontes renováveis, já integra importantes políticas públicas e programas estruturantes conduzidos pelo Governo Federal, a exemplo das discussões da CGPAL no âmbito dos sistemas isolados, do Programa de Soluções Energéticas Sustentáveis para Sistemas Isolados - SISOL, e das novas etapas do Programa Luz para Todos voltadas à universalização do acesso à energia com soluções limpas e resilientes. A experiência internacional e os projetos em desenvolvimento no Brasil demonstram que sistemas híbridos com baterias podem reduzir o consumo de



combustíveis fósseis, ampliar a confiabilidade do suprimento, diminuir custos operacionais ao longo do tempo e melhorar a qualidade do serviço prestado às populações amazônicas.

Sala da Comissão, em 6 de maio de 2026.

Fernando Mineiro
Deputado Federal - PT/RN

Nilto Tatto
Deputado Federal - PT/SP



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD262762488000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nilto Tatto